

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.009-B, DE 1997

“Dispõe sobre dispositivos de transposição hidroviária de nível, no Sistema Hidroviário Nacional”

Art. 1º A Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 4º-A:

“Art. 4º-A União e os Estados se articularão para o planejamento da expansão do SNV e da infra-estrutura adequada de transporte aquaviário e terrestre.

§1º Os Planos da expansão do SNV e da infra-estrutura adequada de transporte aquaviário e terrestre terão horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos.

§ 2º O planejamento de que trata o caput será norteado pelas diretrizes gerais do gerenciamento da infra-estrutura e da operação dos transportes aquaviários e terrestres.

§ 3º A definição de futuras hidrovias com suas características básicas de calado, de fluxo de transporte esperado de pessoas e bens e localização de eventuais dispositivos de transposição hidroviária de níveis deverá estar de acordo com o disposto nos Planos de Recursos Hídricos, de que trata o art. 6º da Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997.” (NR)”

Art. 2º A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 13- A. Nas outorgas de uso de recursos hídricos deverá ser garantida a separação e a independência dos aproveitamentos de cada uso no que se referem aos custos, estudos, processos, projetos, licitações e operação, respeitadas as áreas de competência de cada órgão responsável pelos respectivos usos.

§ 1º A outorga de uso de recursos hídricos para o setor hidroviário ficará condicionada à identificação global dos impactos físicos e econômicos sobre os demais usos dos recursos hídricos afetados, a montante e a jusante, e à preservação dos contratos de concessões e dos atos de

outorga de autorização existentes, incluindo a hipótese de indenizações financeiras, nos seguintes casos:

I – para dispositivos de transposição hidroviária de níveis em barragem existente;

II – para aproveitamento que envolva o barramento de hidrovia existente.

§ 2º Consideram-se, para os efeitos dessa Lei, como cursos d'água, navegáveis ou potencialmente navegáveis, as correntes, trechos de rios ou vias que assim sejam definidos em conformidade com o planejamento setorial que considere calado mínimo e máximo, bem como a intermodalidade, de mínimo custo e de longo prazo, aprovado pelo Poder Competente.”

Art. 3º O serviço público de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis, precedido ou não de obra pública, pode ser prestado diretamente pelo ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que forem implantados, ou sob regime de concessão ou permissão, quando couber, nos termos da legislação em vigor.

§ 1º A outorga para a exploração de dispositivo de transposição hidroviária de níveis em aproveitamentos hidrelétricos será independente e autônoma da outorga para fins de geração de energia elétrica.

§ 2º É de responsabilidade do prestador do serviço público de que trata o caput a execução ou a contratação das obras necessárias para a exploração de dispositivo de transposição hidroviária de níveis, respondendo inclusive pelo ressarcimento por danos eventualmente causados às instalações já existentes.

Art. 4º Qualquer que seja a forma de prestação do serviço público de exploração de dispositivo de transposição hidroviária de nível, os custos desta não poderão ser incluídos ou subsidiados pelos preços da energia elétrica ou de qualquer outro serviço público que faça uso da água da barragem.

Art. 5º O art. 27 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V, renumerando-se os incisos subseqüentes:

“Art. 27. Cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação:

.....

V - publicar os editais, julgar as licitações e celebrar os contratos de concessão para a exploração de serviços de operação de dispositivos de transposição hidroviária de níveis em cursos de água de domínio da União;” (NR)

Art. 6º O art. 82 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com

seguinte redação:

“Art. 82. São atribuições do DNIT, em sua esfera de atuação:

.....

IV – administrar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, os programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive dispositivos de transposição hidroviária de níveis em cursos de água de domínio da União, e terminais e instalações portuárias;

V – gerenciar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, projetos e obras de construção e ampliação de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive dispositivos de transposição hidroviária de níveis em cursos de água de domínio da União, terminais e instalações portuárias, decorrentes de investimentos programados pelo Ministério dos Transportes e autorizados pelo Orçamento Geral da União;

.....” (NR)

Art. 7º. O licenciamento ambiental de dispositivos de transposição hidroviária de nível deverá atender à legislação ambiental vigente e demais normas ambientais federais e estaduais aplicáveis.

Parágrafo Único: No procedimento de licenciamento ambiental de eclusas e/ou dispositivos equivalentes de transposição hidroviário de nível deverá constar, a outorga de concessão para exploração e operação da atividade, emitidas pelos órgãos competentes.

Art. 8º. O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à aplicação desta Lei.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.